

RELATÓRIO DE VISIONAMENTO E ANÁLISE DE PEÇAS JORNALÍSTICAS DO “JORNAL NACIONAL” DA TVI

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objectivo habilitar a decisão do Conselho Regulador da ERC relativamente a diferentes queixas apresentadas contra o “Jornal Nacional” da TVI – em particular nas suas edições de sexta-feira –, que questionam a conduta deste programa de informação pelo tratamento jornalístico conferido ao Primeiro-Ministro e a outros membros do Governo em várias peças jornalísticas aí apresentadas.

As queixas que constituem ponto de partida do presente relatório deram entrada entre 16 de Fevereiro e 30 de Março na Entidade Reguladora da Comunicação Social. Trata-se, no seu conjunto, de 10 queixas, nas quais se identificam especificamente as edições de **13 de Fevereiro, 30 de Janeiro, 1 de Março e 27 de Março** do “Jornal Nacional” da TVI, como tendo exibido conteúdos informativos que violam diferentes normativos ético-jurídicos da actividade jornalística e da actividade televisiva.

Da apreciação do teor das queixas resulta que estas têm em comum a particularidade de se referirem ao tratamento jornalístico conferido ao Primeiro-Ministro e/ou a outros membros do Governo, associando-os a diferentes casos de supostas irregularidades, sem respeitar princípios ético-jurídicos, designadamente o **rigor informativo e a isenção**.

II. DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ANÁLISE

A análise não incide em todas as peças emitidas nas edições identificadas nas queixas, mas apenas naquelas que se enquadram no teor das observações expendidas pelos queixosos e das problemáticas aí suscitadas, a saber: i) peças que têm como protagonistas o Primeiro-Ministro ou outros membros do Governo e, cumulativamente, ii) peças que versam casos de suspeitas de irregularidades (p. ex., “caso Freeport”). Do visionamento das edições identificadas nas queixas foram seleccionadas para análise **9** peças da edição de 13 de Fevereiro, **12** peças da edição de 30 de Janeiro, **1** peça da edição de 1 de Março e **2** peças da edição de 27 de Março. A identificação de cada uma destas peças é feita na análise autónoma das edições em apreço.

III.EIXOS DE ANÁLISE

De acordo com o teor das queixas, como referido *supra*, sobressai como problemática a observação do rigor informativo e da isenção jornalística. Por conseguinte, são estes os princípios que orientam a análise dos conteúdos informativos seleccionados.

O rigor informativo consiste num princípio que orienta a prática jornalística no sentido de dela resultar uma comunicação pública de conteúdo ajustado à realidade ou de reduzido grau de indeterminação. Pode estabelecer-se uma proporção entre o rigor e a qualidade e credibilidade da informação: quanto mais rigorosa, mais confiável será; ao invés, o erro, a imprecisão, a dúvida ou a distorção podem implicar uma diminuição da qualidade e credibilidade informativas.

A isenção consiste, por seu turno, numa das dimensões do rigor informativo, traduzindo-se pela garantia de que a comunicação pública resultante da prática jornalística se encontra livre de distorções, enviesamentos ou de comprometimentos com aquilo que se noticia. Corresponde assim a uma atitude de distanciamento e à interpretação honesta dos factos no relato dos acontecimentos.

Sendo que estes preceitos não são susceptíveis de avaliação automática, só será possível aferir do seu cumprimento mediante uma combinação de requisitos dos conteúdos em apreciação, como são i) **a diversificação de fontes de informação**, ii) **a audição das partes com interesses atendíveis**, iii) **a separação entre factos e opiniões**.

São estes os três eixos que conduzem o visionamento e a análise das peças seleccionadas no presente relatório.

IV. O PROGRAMA “JORNAL NACIONAL”

Antes de se proceder à análise, importa referir que os factos a que se referem as queixas incidem num espaço de informação noticiosa – “Jornal Nacional” – da responsabilidade do operador de televisão TVI.

O “Jornal Nacional” é um bloco informativo transmitido diariamente pela TVI no horário da noite, a partir das 20h00. Às sextas-feiras, o programa tem uma configuração distinta do resto da semana, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos e a designação especial de “Jornal Nacional de Sexta”. Para além de peças noticiosas, integra um espaço de comentário político com um comentador fixo.

O operador explica que o “Jornal Nacional de Sexta” foi criado para introduzir na grelha da TVI um modelo informativo diferente, tendo como objectivo transpor para televisão a lógica do jornal semanário, mais vocacionado para “o aprofundamento dos temas, contemplando reportagens desenvolvidas, comentários, entrevistas e debates” e “trabalhos de investigação”.

É reconhecido o estilo singular de apresentação do “Jornal Nacional de Sexta”, caracterizado pela acutilância, assertividade e carácter interpelador da abordagem, pontuada por frequentes notas críticas sobre as matérias noticiadas.

Atendendo às características específicas do meio televisão, será pertinente sublinhar o papel fundamental do apresentador na identidade do espaço informativo em que se insere. Sendo o lado mais visível da informação e o elemento que estabelece a ligação entre as peças, o apresentador cria laços de familiaridade e empatia com os espectadores, constituindo-se como elemento determinante para a credibilização da informação.

O estilo do apresentador constitui aliás uma marca distintiva dos programas informativos dos diferentes canais televisivos, comunicando não apenas enunciados verbais, mas também modos afectivos no enquadramento da informação. O estilo singular de apresentação e de condução do jornal televisivo poderá, por conseguinte, constituir *de per se* um factor de influência na percepção e na interpretação da informação.

Passa-se, agora, a analisar as peças seleccionadas das edições do “Jornal Nacional” referidas nas queixas por edição.

V. ANÁLISE

1. Edição de 13 de Fevereiro do “Jornal Nacional”

A edição do dia 13 de Fevereiro de 2009 teve uma duração de 01h34 e o alinhamento incluiu 27 itens noticiosos, dos quais 11 que, directa ou indirectamente, envolvem o Governo ou seus representantes.

Serão analisadas detalhadamente quatro peças que têm o Primeiro-Ministro, José Sócrates, como figura central de vários relatos noticiosos sobre “casos” que se reportam a diferentes momentos do seu percurso profissional e político. Estes trabalhos jornalísticos, que versam alegadas irregularidades, ocupam a primeira meia hora do programa e são apresentados como “Notícias TVI”.

“Jornal Nacional” de 13 de Fevereiro: “Notícias TVI” tendo como protagonista José Sócrates

Peça	Hora exibição (h:m:s)	Duração (m:s)	Título
1	20:00:08	04:30	Plano de Pormenor do Vale da Rosa e Setúbal Oriental: imprescindível utilidade pública
2	20:08:20	04:07	Cova da Beira: julgamento de alegadas irregularidades no concurso público
3	20:12:27	04:10	Cova da Beira: julgamento de alegadas irregularidades no concurso público
4	20:16:37	06:29	Câmara da Guarda: Projectos de obras assinados por José Sócrates

A **Peça 1**, que constituiu a abertura do jornal televisivo, centra-se na declaração do estatuto de imprescindível utilidade pública do plano de pormenor do Vale da Rosa e Setúbal Oriental, em 2001, por despacho conjunto assinado pelos ex-ministros Capoulas Santos (Agricultura) e José Sócrates (Ambiente).

A **Peça 2** refere-se ao início do julgamento de alegadas ilegalidades no âmbito do concurso público internacional para a construção da central de tratamento de resíduos sólidos da Associação de Municípios da Cova da Beira. Os factos remontam a 1997, quando José Sócrates era Secretário de Estado do Ambiente.

A **Peça 3** está relacionada com a anterior e consiste numa entrevista ao Procurador do Ministério Público titular do processo da Cova da Beira.

A **Peça 4** incide sobre a contestação dos vereadores do PSD na Câmara da Guarda às conclusões de um relatório interno da autarquia relativas aos projectos de obras assinados nos anos 1980 por José Sócrates e à apresentação de queixa à Polícia Judiciária e à Procuradoria-Geral da República.

Textos de apresentação das 4 peças

Peça 1: Plano de Pormenor do Vale da Rosa e Setúbal Oriental: imprescindível utilidade pública (20:00:08)

“José Sócrates aprovou, em 2001, como ministro do Ambiente, o estatuto de imprescindível utilidade pública de um plano de pormenor de um projecto de Setúbal sem que o dito plano existisse na realidade. Um plano aprovado em apenas 12 dias, a cerca de um mês das eleições autárquicas. É um caso de alegado favorecimento que envolve o nome do Primeiro-Ministro e de outro ministro de então e que diz respeito ao projecto imobiliário ‘Nova Setúbal’, considerado pelo Governo de grande importância. A TVI sabe que a empresa promotora da construção fazia parte da Sociedade Lusa de Negócios, portanto, ligada ao BPN – Banco Português de Negócios”.

Peça 2: Cova da Beira: julgamento de alegadas irregularidades no concurso público (20:08:20)

“11 anos depois das primeiras denúncias, o caso de alegada corrupção no concurso da estação de tratamento de lixo da Cova da Beira vai, finalmente, chegar a julgamento. No banco dos réus vão sentar-se António Morais, antigo professor de José Sócrates, e a sua ex-mulher, que estão acusados de corrupção passiva e branqueamento de capitais. Horácio Carvalho, empresário da Covilhã, é acusado de branqueamento e corrupção activa, que é como quem diz, acusado de ter pago ‘luvas’ para ganhar o concurso público internacional. A carta anónima que denunciou o caso garantia que José Sócrates, na altura Secretário de Estado do Ambiente, tinha recebido 150 mil contos, mas essa parte da denúncia acabou por ser arquivada pelo Ministério Público. A TVI sabe que o enorme processo judicial já chegou ao Tribunal da Boa-Hora e que será distribuído na próxima segunda-feira. Isto seria o normal, mas, neste processo, nunca se sabe o que mais poderá acontecer”.

Peça 3: Cova da Beira: julgamento de alegadas irregularidades no concurso público (20:12:27)

“Na altura das investigações, José Sócrates chegou a ser considerado suspeito. Pelo menos, pelos investigadores da Polícia Judiciária, que chegaram, mesmo, a pedir buscas à casa do então Secretário de Estado do Ambiente. Das quatro buscas pedidas na altura, a única não autorizada pelo Ministério Público foi, justamente, à casa de José Sócrates. A TVI sabe que não foi uma decisão pacífica e que, num primeiro momento, o Ministério Público terá dito que ‘sim’ para, dias depois, voltar atrás. Em entrevista à TVI, o procurador justificou-se dizendo que os elementos do processo não foram por si considerados suficientes para pôr em causa uma figura pública como José Sócrates.”

Peça 4: Câmara da Guarda: Projectos de obras assinados por José Sócrates (20:16:37)

“Passou mesmo a ‘caso de polícia’ o já célebre caso dos projectos de obras na Guarda assinados pelo engenheiro técnico José Sócrates, hoje Primeiro-Ministro. Os vereadores do PSD da Câmara Municipal da Guarda enviaram já uma queixa formal à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Judiciária. Estes projectos, mais de 20, seriam da autoria de técnicos da Câmara impedidos de o fazer e que foram assinados por José Sócrates, o que é ilegal. Os autarcas da oposição opõem-se às conclusões de um relatório interno da Câmara Municipal da Guarda elaborado por técnicos superiores da autarquia dependentes do executivo do Partido Socialista e que ilibaram José Sócrates de qualquer irregularidade no processo. Agora, a bola engrossou e está do lado da polícia e da justiça.”

Na apresentação das peças, avultam outros elementos discursivos: a imagem do Primeiro-Ministro, acompanhada de legenda com o seu nome em destaque – “SÓCRATES” –; a repetição de *oráculos* que associam o seu nome a situações no âmbito de “casos” de eventuais irregularidades – “Assinou plano de pormenor inexistente”, “[Ministério Público] Arquivou denúncia sobre Sócrates” e “Não autorizou buscas a casa de Sócrates”; “PJ chegou a suspeitar de Sócrates”.

A combinação do texto dos *pivots* com outros elementos discursivos permite evidenciar que, por um lado, os enunciados são centrados no protagonista José Sócrates e, por outro, que este protagonista surge associado a temáticas de alegadas irregularidades. Desenha-se, na continuidade das quatro peças, uma narrativa de denúncia que incide essencialmente na conduta do Primeiro-Ministro.

Observou-se as quatro peças na perspectiva da diversificação das fontes de informação em que se suportam e também com o objectivo de determinar se foram ouvidas todas as partes com interesses atendíveis.

Na **Peça 1**, sobre o “plano de pormenor de Setúbal”, é dado realce a duas fontes da associação ambientalista Quercus, a primeira que expressa e a segunda que corrobora a seguinte denúncia: “[neste processo] *claramente houve aí alguma pressão política, tanto que a Câmara de Setúbal pediu que fosse declarado dessa forma e em nove dias o Governo na altura decidiu atribuir a imprescindível utilidade pública para um plano de pormenor que foi aprovado sete anos depois*”; “temos todas estas ultrapassagens e imprescindíveis utilidades públicas para empreendimentos exclusivamente privados. Percebemos que o país está verdadeiramente a saque”.

Na mesma peça, um representante do Bloco de Esquerda é apresentado a prestar declarações a um grupo de jornalistas, afirmando: “*Os pin dos projectos de interesse nacional, que são aquela chave que abre a porta a toda a espécie de arbítrios, vem desta tradição de atropelo*”. Esta declaração surge sem qualquer esclarecimento ou identificação do contexto em que é proferida, sublinhando apenas a suposição de irregularidades cometidas na definição dos “PIN” – Projectos de Interesse Nacional.

Na mesma peça, não se dá indicação de tentativas de obtenção do contraditório junto dos dois membros do Governo da altura (José Sócrates e Capoulas Santos). A peça torna patente que outros dois visados – ex-presidente da Câmara de Setúbal e responsáveis pelo empreendimento Nova Setúbal – foram contactados pelo operador para apresentarem as suas perspectivas sobre o mesmo assunto. Por conseguinte, em relação a esta peça, há um tratamento diferenciado dos visados de “denúncias” no que se refere à obtenção dos seus pontos de vista.

Na **Peça 2** é apresentada uma cronologia do caso do processo judicial da Cova da Beira, noticiando-se, designadamente, que a investigação teve origem em cartas anónimas onde se denunciava que José Sócrates, Jorge Pombo e João Cristóvão – há 11 anos atrás secretário de Estado do Ambiente, Presidente da Câmara da Covilhã e assessor deste último – “*teriam recebido*” dinheiro para influenciar o resultado do concurso público internacional e que “*150 mil [contos] se destinariam*” ao então secretário de Estado do Ambiente. Ademais, a peça estabelece uma ligação entre um dos arguidos no processo e José Sócrates: António José Morais foi o “*professor que leccionou as quatro cadeiras na Universidade Independente a José Sócrates e que foi por várias vezes desempenhando cargos de nomeação política em governos socialistas*”. Esclarece-se, ainda, no final, que as acusações contra José Sócrates, Jorge Pombo e João Cristóvão foram arquivadas por falta de provas.

Incidindo sobre esta associação do Primeiro-Ministro ao processo, a **Peça 3** consiste numa entrevista ao magistrado do Ministério Público titular do processo sobre as razões subjacentes a uma decisão que “*na altura causou algum desconforto aos investigadores*”, a saber, não autorizar buscas a casa de José Sócrates.

Segundo a TVI, “*algumas testemunhas que nunca foram ouvidas no inquérito falavam no alegado envolvimento do ex-secretário de Estado do Ambiente. E nas buscas às instalações da empresa que liderava o consórcio vencedor, a HLC, foi encontrado um bilhete manuscrito dirigido a Horácio Carvalho, dono da empresa, e que hoje está acusado de corrupção activa, escrito pelo assessor da câmara da Covilhã onde se fazia referência a um encontro com Sócrates*”.

No texto de apresentação da entrevista é evidente a situação de realce de fontes não identificadas que expressam a suspeita. Recorde-se que, no texto de apresentação, se afirma que “[a] TVI sabe que não foi uma decisão pacífica [a de empreender buscas a casa de José Sócrates] e que, num primeiro momento, o Ministério Público terá dito que ‘sim’ para, dias depois, voltar atrás”. E o procurador responsável pelo processo, entrevistado nesta edição, “justificou-se” quando confrontado com esta informação a que o operador teve acesso.

Na entrevista, o magistrado declara que “[n]aquele caso concreto e naquela fase processual nada justificava, a meu ver, e isso houve algumas discordâncias que eu assumo, nada justificava a realização de buscas a casa dessa pessoa”. Afirmar ainda: “Como digo, nesta altura, passados seis anos, não me lembro se concordei inicialmente ou depois vim a mudar de posição. Como digo, houve muitas conversas com os elementos da investigação”.

A fonte de informação não corrobora, assim, a ideia de que “num primeiro momento o Ministério Público terá dito que ‘sim’ para dias depois voltar atrás”. No entanto, o *off* com que se conclui esta peça faz prevalecer a tese da discordância institucional: “a verdade é que aos olhos da Polícia Judiciária na altura José Sócrates chegou a ser considerado suspeito enquanto que, para o Ministério Público, a informação que havia no processo não foi considerada suficiente para invadir a casa do então deputado”.

Nas **Peças 2 e 3**, não se evidenciam tentativas de recolha do contraditório de qualquer dos arguidos do processo e das três pessoas que são referidas como fazendo parte do leque dos suspeitos que acabaram por ver as acusações arquivadas pelo Ministério Público. Pelo encadeamento de factos realizado nesta peça e a actualização do caso, esperar-se-ia que as partes com interesses atendíveis se pronunciassem.

Na **Peça 4**, dedicada aos projectos de obras assinados por José Sócrates, são recuperadas declarações de arquivo que funcionam como confirmação de suspeitas de irregularidades.

Numa entrevista do ex-presidente da câmara da Guarda à rádio Altitude, em Junho de 2007, o autarca afirma: “uma vez lhe disse que ele [José Sócrates] mandava muitos projectos para a Câmara da Guarda, disse, obras públicas, particulares, e tal. Mas o que eu sei é que nem todos os projectos seriam da autoria dele”.

Um técnico da Câmara da Guarda, também numa declaração recuperada em arquivo, “reconheceu ter colaborado com José Sócrates”. Afirmar ainda: “Eu não interfeirei em nada, eu só na altura em que as pessoas pediam eu tentava-lhes resolver o problema através do meu colega [José Sócrates]. Estou completamente à vontade, se há alguma ilegalidade eu faço questão que seja clarificada”.

É apresentada outra fonte que, segundo se refere, “desde que o caso se tornou conhecido” se tem “recusado a reafirmar as suas declarações”. A fonte, um cidadão comum, morador em Porto da Carne, que terá sido beneficiário de um dos projectos de obras assinados por José Sócrates, é surpreendido a entrar para a sua viatura e insistentemente instado pelo jornalista a confirmar declarações anteriores. Para se tornar mais clara esta “pressão” para que a fonte confirme uma declaração anterior, reproduz-se o curto diálogo entre esta e o jornalista:

“Fonte – Legal foi, que eu paguei. Não devo nada a ninguém. A partir daí não há problema.

Jornalista – Ninguém está a pôr em causa a sua legalidade. Apenas se está a dizer se o projecto era do engenheiro Sócrates ou do ...

Fonte – Não sei, não sei. Sei é que ele foi feito.

Jornalista – Mas não foi pago ao engenheiro Sócrates. Foi pago e negociado com outra pessoa, não foi?

Fonte – Isso não lhe sei dizer.

Jornalista – Mas foi o que você disse no Público.

Fonte – O que disse, disse da outra vez, e não digo mais nada”.

No decurso da **Peça 4** não se evidencia qualquer tentativa para obter a versão do principal visado – José Sócrates –, ao contrário do que se verifica a propósito de um outro, Fernando Caldeira, que, segundo o operador, foi consultado e “*recusou-se a falar para a TVP*”. Assinala-se assim a existência de um tratamento diferenciado dos visados de “denúncias”.

Analisa-se de seguida se o operador observou por regra a separação entre factos e opiniões. Nas peças jornalísticas em análise foram identificadas recorrentes apreciações e juízos de valor que se afastam do registo noticioso. A título de exemplo, na peça sobre o plano de pormenor (**Peça 1**), declara-se:

a) a atribuição, em 2001, por despacho conjunto dos então ministros Capoulas Santos e José Sócrates, do estatuto de imprescindível utilidade pública ao plano de pormenor do Vale do Sousa e Setúbal Oriental foi “*um processo complicado e questionável*”;

b) o prazo de publicação do documento em Diário da República, “*apenas 12 dias depois*”, representou “*um verdadeiro recorde*”.

Certas expressões pontuam retoricamente momentos de crítica, como:

- a) “*mais: a aprovação é dada sem uma avaliação de impacto ambiental*”;
- b) “*o certo é que o despacho assinado pelos ministros da Agricultura e do Ambiente é feito dias antes das eleições autárquicas*”;
- c) “*curiosamente*” o tio de José Sócrates era deputado municipal na altura dos factos.

No final da primeira peça sobre o processo da Cova da Beira (**Peça 2**) afirma a TVI que

- a) “*11 anos mais tarde os contornos deste concurso que parece ter um resultado anunciado vão ser esclarecidos no Tribunal da Boa-Hora*”.
- b) A respeito do mesmo assunto, (**Peça 3**): “*a verdade é que aos olhos da Polícia Judiciária na altura José Sócrates chegou a ser considerado suspeito enquanto que, para o Ministério Público, a informação que havia no processo não foi considerada suficiente para invadir a casa do então deputado*”.

Neste âmbito de análise, assinala-se a **Peça 4** como um exemplo particularmente evidente. O trabalho jornalístico inicia-se com imagens de Cavadoe, no concelho da Guarda, e é apontada uma casa cujo projecto de reconstrução foi assinado por José Sócrates, acompanhada do seguinte comentário: “*a obra não deve muito à beleza como muitas assinadas pelo homem que chegou a primeiro-ministro. Mas a polémica não é estética*”.

A menção de um relatório interno da Câmara Municipal da Guarda elaborado por técnicos superiores da autarquia é acompanhada da referência de que esses técnicos são *“dependentes do executivo do Partido Socialista e [que] ilibaram José Sócrates de qualquer irregularidade no processo.”*

A acompanhar as conclusões desse relatório, afirma-se que a comissão interna *“não interrogou nenhum dos técnicos nem falou com as pessoas que encomendaram as obras mas conseguiu negar que Sócrates tivesse assinado projectos que não eram seus, eventualmente a troco de dinheiro”*.

Noutro ponto da mesma reportagem observa-se, num sentido de desautorização da comissão, que *“fica por perceber a razão que levou a comissão interna a não se interrogar a respeito deste facto espantoso: há dezenas de assinaturas diferentes de José Sócrates ao longo dos processos. Das duas, uma: ou o actual primeiro-ministro nunca assina da mesma maneira, ou as assinaturas não são dele”*.

A encerrar a peça, sobre imagens com fotografias de casas, tipo bilhete-postal, acompanhadas da canção *“numa casa portuguesa fica bem...”*, refere-se: *“provavelmente nunca se saberá nada. Na paisagem ficam as casinhas assinadas pelo primeiro-ministro tão populares que até têm vídeos no youtube com música a condizer”*.

Em suma, relativamente às 4 peças da edição de 13 de Fevereiro

- a) A análise permite constatar a existência de diversas fontes de informação a suportar os trabalhos jornalísticos e a sistemática sustentação das informações fornecidas em fontes de informação pessoais e documentais.
- b) A análise permite verificar que nem sempre foram ouvidas todas as partes com interesses atendíveis, aqui se destacando o Primeiro-Ministro pela circunstância de ser o alvo central de denúncias. É, todavia, sempre um protagonista “passivo”, de quem se fala mas que nunca intervém directamente ou exerce o “contraditório”.
- c) A análise permite identificar uma tendência para a valorização de fontes de informação que expressam teses de denúncia e de acusação, ao passo que perspectivas contrárias a estas tendem a ser secundarizadas.
- d) A análise permitiu reconhecer a existência de apreciações valorativas e expressões que se afiguram como críticas aos visados, que surgem amiúde e de modo encadeado nas diferentes peças analisadas.

Outras peças jornalísticas da edição de 13 de Fevereiro

Na edição de 13 de Fevereiro do “Jornal Nacional” foram incluídas outras cinco peças em que se faziam referências directas ao primeiro-ministro.

“Jornal Nacional” de 13 de Fevereiro: Outras notícias tendo como protagonista José Sócrates

Notícia	Hora exibição (h:m:s)	Duração (m:s)	Título
1	20:26:02	01:46	Caso Freeport: reunião entre procurador-geral da República e presidente do Eurojust
2	20:59:49	02:20	Serviços secretos: lista de agentes acessível na intranet da PCM
3	21:03:45	08:05	Eleições no Partido Socialista
4	21:11:50	03:06	“Pinócrates”: outdoors satíricos da JSD (peça satírica)
5	21:25:13	00:52	Rubrica “Boca da Semana”

Textos de apresentação das cinco peças

Peça 1: Caso Freeport: reunião entre procurador-geral da República e presidente do Eurojust (20:26:02)

E o procurador-geral da República recebeu hoje em audiência Lopes da Mota, presidente do Eurojust, o organismo que promoveu a reunião entre investigadores portugueses e ingleses sobre o caso Freeport. Mas o processo parece ter-se tornado um tabu. Pinto Monteiro emitiu um comunicado a dizer simplesmente que a audiência serviu para trocarem cumprimentos e impressões sobre assuntos jurídicos. Lopes da Mota, antigo secretário de Estado do Governo de Guterres, fugiu aos jornalistas, talvez para não explicar como consegue guardar segredo de uma investigação em que é visado o antigo companheiro de Governo.

Peça 2: Serviços secretos: lista de agentes acessível na intranet da PCM (20:59:49)

São espões mas pouco secretos. A lista dos elementos de topo da secreta militar, o SIED, estão ao dispor de todos os funcionários da Presidência do Conselho de Ministros, com nome e fotografia para não haver dúvidas. Em 1999 um caso semelhante levou à queda do então ministro da Defesa.

Peça 3: Eleições no Partido Socialista (21:03:45)

E no PS começaram hoje as eleições para secretário-geral. Candidato único: José Sócrates. Aliás Sócrates pouco ou nada teve de investir em campanha junto das bases. E só mesmo os militantes de cinco distritos tiveram direito a ouvir de viva voz as ideias do candidato. Com reeleição mais que certa, Sócrates não perdeu um segundo a falar sobre o partido nem mesmo depois de o histórico Edmundo Pedro ter dito que há medo de falar e de outros militantes se queixarem de falta de debate interno. Nada que tenha perturbado o líder, que também arredou para longe as polémicas do Freeport na mini-volta que fez ao país. Mesmo no PS há quem ache que o primeiro-ministro deveria explicar melhor o processo de licenciamento do Freeport.

Peça 4: “Pinócrates”: outdoors satíricos da JSD (21:11:50)

A Juventude Social-Democrata mostrou publicamente o que há muito anda pelas Internetes e pelos blogs, o que deixou José Sócrates muito irritado. A culpa é de um cartaz que os laranjinhos afixaram com foto do primeiro-ministro, nariz grande e baptizado de “pinocrates”. Em plena Assembleia Sócrates mostrou bem quanto a fotografia lhe desagradava e acusou o PSD de estar por detrás da iniciativa da sua juventude. Aqui há uns anos os olhos castanhos de Sócrates passaram a azuis num cartaz do próprio PS. Mas Sócrates acha provavelmente que mudar de olhos é muito menos grave do que mudar de nariz.

Peça 5: Rubrica “Boca da Semana” (21:25:13)

Já aqui falámos do polémico cartaz da JSD que representa José Sócrates como “Pinocrates”. O primeiro-ministro reagiu indignado na Assembleia da República do alto dos seus olhos castanhos. Sócrates disse que era tudo uma vergonha. É a “boca da semana” (rubrica que consiste na selecção de uma declaração de figura pública).

Na **Peça 1**, que retrata uma reunião do procurador-geral da República e do presidente do Eurojust, sublinha-se que este último desempenhou funções como secretário de Estado no Governo de António Guterres na mesma altura em que José Sócrates também desempenhava funções governativas. Afirma-se ainda que Lopes da Mota “*fugiu aos jornalistas, talvez para não explicar como consegue guardar segredo de uma investigação em que é visado o antigo companheiro de Governo*”. No trabalho jornalístico, Lopes da Mota é descrito como “*um dos homens que guarda os segredos que podem comprometer o primeiro-ministro e seu colega no Governo de António Guterres*”. Não se centrando em José Sócrates, é ele, contudo o elemento de ligação dos factos relatados.

Na **Peça 2**, sobre a disponibilização de uma lista de agentes secretos do SIED na intranet da Presidência do Conselho de Ministros, evoca-se um outro caso semelhante de 1999 que levou à demissão do então ministro da Defesa. A peça finaliza-se com a ideia de que “*hoje, depois da reestruturação, feita pelo governo socialista, a tutela [das secretas] é do primeiro-ministro*”.

A cobertura das eleições no PS nesta edição consiste numa entrevista à socialista Ana Benavente (**Peça 3**), apresentada como voz crítica da actuação do Primeiro-Ministro em relação ao caso Freeport. Antecedendo a entrevista, no texto de apresentação sublinha-se que “*Sócrates pouco ou nada teve de investir em campanha junto das bases*”, “[c]om reeleição mais que certa, Sócrates não perdeu um segundo a falar sobre o partido”, o líder “*também arredou para longe as polémicas do Freeport na mini-volta que fez ao país*”.

As **Peças 4 e 5** debruçam-se sobre a indignação de José Sócrates em relação a cartazes da JSD em que é retratado como Pinóquio. Uma das peças consiste num trabalho satírico, outra consiste na rubrica “Boca da Semana”, inscrevendo-se ambas na esfera de opinião.

Em suma, relativamente a estas 5 peças da edição de 13 de Fevereiro:

As peças debruçam-se sobre assuntos distintos que têm como elemento de ligação o seu protagonista, sendo enquadradas numa contínua cadência de questionamento da conduta de José Sócrates. Volta a verificar-se a existência de uma narrativa de denúncia em torno deste protagonista sem que o mesmo exerça o contraditório.

2. “Jornal Nacional” de 30 de Janeiro

A edição do “Jornal Nacional” de 30 de Janeiro teve uma duração de 01h34, tendo sido transmitidos 27 itens noticiosos. Deste conjunto, 12 peças relacionaram-se com o designado caso Freeport. A amplitude da mediatização do caso nesta edição deveu-se à revelação da existência de uma carta rogatória das autoridades inglesas enviada às congéneres portuguesas e ao facto de contar com Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, como entrevistado em estúdio.

“Jornal Nacional” de 30 de Janeiro: Peças sobre o caso Freeport

Peça	Hora exibição (h:m:s)	Duração (m:s)	Título
1	20:00:11	01:47	Caso Freeport: Apresentação de Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, como entrevistado na edição
2	20:28:41	01:51	Caso Freeport: Questões da Procuradoria-Geral da República sobre a carta rogatória
3	20:30:32	02:09	Caso Freeport: Reacções à posição da Procuradoria-Geral da República sobre a carta rogatória
4	20:32:41	00:53	Caso Freeport: Cavaco Silva não comenta
5	20:33:34	01:23	Caso Freeport: “Deslize” oratório de José Sócrates
6	20:34:57	02:08	Caso Freeport: Directora do DCIAP aponta um suspeito
7	20:37:05	01:57	Caso Freeport: Antecipação de notícia do jornal “Sol”
8	20:39:02	03:47	Caso Freeport: Alterações da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo
9	20:42:49	07:25	Caso Freeport: Impacto das declarações de Júlio Monteiro, tio de José Sócrates
10	20:50:14	13:28	Caso Freeport: Entrevista com Júlio Monteiro, tio de José Sócrates
11	21:03:42	01:48	Caso Freeport: Reflexos nos media internacionais
12	21:05:30	05:19	Caso Freeport: Análise de Francisco Louçã, dirigente do Bloco de Esquerda

A **Peça 1** consiste na apresentação de Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, que se encontra em estúdio e será entrevistado no âmbito do caso Freeport nesta edição do “Jornal Nacional”.

A **Peça 2** aborda os pontos críticos levantados, em comunicado, pela PGR, ao conteúdo da carta rogatória das autoridades inglesas e a reacção do Serious Fraud Office a estas interrogações.

A **Peça 3** incide nas “diferenças de fundo” entre as autoridades portuguesas e inglesas relativamente a elementos processuais no decurso da investigação do caso Freeport.

A **Peça 4** tem como foco a opção do Presidente da República de não comentar o caso Freeport e o suposto envolvimento do Primeiro-Ministro.

A **Peça 5** tem como objecto um suposto deslize oratório de José Sócrates numa conferência de imprensa após uma comunicação ao país. Na interpretação apresentada na peça, o primeiro-ministro terá involuntariamente dado conta que teria tido acesso ao processo de investigação e à carta rogatória dos ingleses.

A **Peça 6** recupera declarações da procuradora Cândida Almeida, numa entrevista à RTP, em que esta afirma que vai ser aberto um inquérito por violação de segredo de justiça e aponta “suspeitas” em relação a Júlio Monteiro no caso Freeport.

A **Peça 7** centra-se num trabalho jornalístico que será publicado no dia seguinte, pelo jornal Sol, sobre um conjunto de mensagens electrónicas entre a empresa Smith&Pedro e a empresa Freeport.

A **Peça 8** propõe uma desconstrução do argumento de José Sócrates de que não há qualquer relação entre a aprovação do Freeport e a alteração da Zona de Protecção Especial do estuário do Tejo.

A **Peça 9** sistematiza declarações públicas recentes do tio de José Sócrates, Júlio Monteiro, sobre o licenciamento do Freeport, contextualizando a entrevista que será realizada de seguida.

A **Peça 10** consiste na entrevista a Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, realizada em estúdio.

A **Peça 11** debruça-se sobre o reflexo em vários meios de comunicação estrangeiros dos desenvolvimentos nos dias anteriores sobre a investigação judicial do caso Freeport.

A **Peça 12** consiste na entrevista a Francisco Louçã, dirigente do Bloco de Esquerda, em estúdio.

Textos de apresentação das 12 peças

Peça 1: Caso Freeport: Apresentação de Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, como entrevistado na edição (20:00:11)

Chama-se Júlio Monteiro, é tio de José Sócrates, e de há uma semana para cá tornou-se uma peça no caso Freeport. Ele está hoje aqui comigo em estúdio.

Peça 2: Caso Freeport: Questões da Procuradoria-Geral da República sobre a carta rogatória (20:28:41)

A Procuradoria-Geral da República questionou ontem vários pontos da carta rogatória enviada pelas autoridades britânicas, falando em hipóteses e sublinhando que não há suspeitas fundadas em relação à lista de suspeitos apresentada por Londres. Mesmo questionada e de alguma forma desvalorizada, a agência governamental britânica que investiga a criminalidade económica grave, o Serious Fraud Office, fez questão de não comentar hoje a nota do gabinete de Pinto Monteiro. Os ingleses escusaram-se à insistência da TVI muito britanicamente, ou seja, não comentam comentários.

Peça 3: Caso Freeport: Reacções à posição da Procuradoria-Geral da República sobre a carta rogatória (20:30:32)

O que a Procuradoria considera serem “factos irrelevantes” é o suficiente para que as autoridades inglesas coloquem o primeiro-ministro de Portugal numa lista de suspeitos. A situação é no mínimo embaraçosa mas nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros nem a embaixada inglesa em Lisboa querem comentar o assunto.

Peça 4: Caso Freeport: Cavaco Silva não comenta (20:32:41)

O presidente da República pediu desculpa mas recusou hoje comentar o caso Freeport. Questionado sobre a legitimidade de José Sócrates continuar no Governo, Cavaco Silva disse não querer desviar atenções dos problemas do desemprego e da pobreza, os temas que o levaram a um colóquio em Fátima.

Peça 5: Caso Freeport: “Deslize” oratório de José Sócrates (20:33:34)

E José Sócrates, conhecido pelas habilidades oratórias, também se engana. Ontem, na comunicação que fez ao país, o primeiro-ministro acabou por dizer aquilo que não queria dizer e quase revelava um ponto que muitos portugueses gostariam de ver esclarecido. Afinal Sócrates teve ou não acesso ao processo e à carta rogatória? José Sócrates escorregou mas segurou-se a tempo.

Peça 6: Caso Freeport: Directora do DCIAP aponta um suspeito (20:34:57)

A procuradora Cândida Almeida tem-se desdobrado em entrevistas. Na última que deu, anunciou inquérito a violações do segredo de justiça mas ela própria não se coibiu de apontar publicamente um suspeito.

Peça 7: Caso Freeport: Antecipação de notícia do jornal “Sol” (20:37:05)

E o semanário Sol vai revelar na sua edição de amanhã um conjunto de mensagens electrónicas trocadas entre a empresa Smith&Pedro e os responsáveis do Freeport, onde fala de subornos e se demonstra que os ingleses tinham conhecimento antecipado das acções do Ministério do Ambiente português.

Peça 8: Caso Freeport: Alterações da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo (20:39:02)

José Sócrates e Pedro Silva Pereira, que tinham responsabilidades na pasta do Ambiente quando o Freeport foi aprovado, insistem que todo este processo foi limpo e que a alteração da Zona Especial de Protecção do estuário do Tejo nada tem a ver com a aprovação do Freeport. A TVI foi ver os papéis do processo que mostram muitas coincidências dificilmente explicáveis, ou talvez não.

Peça 9: Caso Freeport: Impacto das declarações de Júlio Monteiro, tio de José Sócrates (20:42:49)

O caso Freeport foi conhecendo avanços e recuos ao longo dos anos mas as recentes declarações de Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, foram fulcrais para que os portugueses percebessem melhor a teia de interesses e de pessoas envolvidas no processo de licenciamento do outlet de Alcochete. Aparentando uma boa memória, Júlio Monteiro explicou vários pormenores sobre os encontros e diligências feitas para que o Freeport fosse licenciado e em pouco mais de uma semana tudo se precipitou até que o próprio tio, agora primeiro-ministro [sic], foi obrigado a justificar-se perante o país.

Peça 10: Caso Freeport: Entrevista com Júlio Monteiro, tio de José Sócrates (20:50:14)

Júlio Monteiro, tio de José Sócrates, é desde há pouco mais de uma semana uma das peças no caso Freeport. Ele está hoje aqui comigo em estúdio.

Peça 11: Caso Freeport: Reflexos nos media internacionais (21:05:30)

As notícias sobre o caso Freeport e as suspeitas que recaem sobre José Sócrates já têm eco nos media estrangeiros. Jornais como o espanhol El País, o britânico The Independent ou o Courier International noticiam o caso de suspeitas de corrupção ligado ao nome do primeiro-ministro português.

Peça 12: Caso Freeport: Análise de Francisco Louçã, dirigente do Bloco de Esquerda (21:05:30)

Dr. Francisco Louçã, cá estamos novamente, agora sobre o caso Freeport. O senhor, do Bloco de Esquerda, foram os únicos a falar sobre este caso. Todos os outros partidos da oposição estão a escusar-se, não sei se por medo de eleições antecipadas, não sei qual a razão, mas todos se escusam a falar sobre este caso. Sobre a justiça, compreende-se, que é um caso que é do foro criminal. Agora, há outros aspectos.

Passa-se a analisar as peças seleccionadas desta edição a partir dos mesmos aspectos que orientaram a análise anterior.

Não suscita reparo, a propósito das mesmas peças, a diversificação das fontes de informação e a oportunidade concedida a todos os visados de apresentarem os seus pontos de vista sobre os assuntos noticiados. No entanto, verifica-se, com frequência, em várias das peças analisadas, a não observância do princípio da separação entre factos e opiniões, como *infra* se procura documentar aduzindo exemplos extraídos das peças.

A **Peça 2** dá conta das questões colocadas pela Procuradoria-Geral da República à carta rogatória enviada pelas autoridades inglesas, sendo que o Serious Fraud Office (agência governamental britânica que investiga a criminalidade económica grave) decidiu não comentar esta posição. O que merece também um comentário final da TVI: “O silêncio de uns contrasta decididamente com a profusão de justificações dos outros”.

Na sequência desta peça, na abertura da seguinte (**Peça 3**), refere-se: “A situação é no mínimo embaraçosa mas nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros nem a embaixada inglesa em Lisboa querem comentar o assunto”. Na peça aprecia-se que “[a] verdade é

que a cooperação entre as autoridades inglesas e portuguesas parece ser cada vez mais uma miragem”.

Na abertura da **Peça 8**, sobre as alterações da Zona de Protecção Especial (ZPE) do Estuário do Tejo, afirma-se no texto introdutório que “[a] TVI foi ver os papéis do processo que mostram muitas coincidências dificilmente explicáveis ou talvez não”. Na peça propriamente dita reputa-se de “*fantástico*” a alteração da ZPE, que “*coincide com o Freeport como se de uma sombra se tratasse*”.

Na abertura da **Peça 5**, afirma-se ainda no texto de apresentação que “o primeiro-ministro acabou por dizer aquilo que não queria dizer e quase revelava um ponto que muitos portugueses gostariam de ver esclarecido”. A peça acompanha o estilo de comentário: “[José Sócrates] *Não sabe nem devia saber mas os portugueses ficaram na dúvida se Sócrates sabia ou não*”.

A peça de enquadramento das declarações de Júlio Monteiro (**Peça 9**) é sonorizada em moldes que acentuam o seu tom grave e dramático. “*Era uma vez um tio e o sobrinho. O tio, indiscreto, resolve contar tudo o que sabe sobre o encontro que proporcionou entre o sobrinho e Charles Smith*”, inicia a voz off que sublinha que o tio “*tem memória de elefante*” e “*o mesmo não se pode dizer do sobrinho*”. Ainda segundo a TVI, “[o] assunto era sério e anormal mas Sócrates não registava na sua memória tal facto. Mais: até vem dizer que não conhece Charles Smith”.

Verifica-se ainda que as fontes de informação tendem a não ser tratadas em condições de igualdade, com propensão para a secundarização daquelas que desafiam ou negam as denúncias.

No texto de apresentação da **Peça 3** diz-se que “O que a Procuradoria considera serem ‘factos irrelevantes’ é o suficiente para que as autoridades inglesas coloquem o primeiro-ministro de Portugal numa lista de suspeitos”. Na peça reitera-se esta ideia: “Mas o que são factos insignificantes para as autoridades portuguesas são mais do que suficientes para os ingleses colocarem o primeiro-ministro, José Sócrates, numa lista de suspeitos”.

Na **Peça 8**, declara-se: “Segundo o primeiro-ministro tudo se resumiria a uma fortuita coincidência de datas: a aprovação do Freeport é de 14 de Março de 2002 e a mudança da zona de protecção é aprovada no mesmo dia, no último conselho de ministros antes das eleições. Uma infeliz coincidência?”.

O ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, “garante que só a má-fé permite pensar que a Zona de Protecção do Estuário do Tejo foi alterada por causa do Freeport. As alterações são exclusivamente devidas à correcção de erros topográficos e outras minudências.” A que se segue o comentário em voz off: “O que é fantástico nesta alteração é que a medida coincide com o Freeport como se de uma sombra se tratasse”.

Na **Peça 9**, estranha-se a “*falta de memória*” que aparentemente transparece das declarações de José Sócrates. Na mesma peça, a directora do DCIAP, Cândida Almeida, “surge em defesa do primeiro-ministro para dizer que o que existe é apenas uma denúncia anónima chegada à investigação ainda em 2004”. Ao que a TVI assinala “um

pormenor: a procuradora esqueceu-se que na carta dos ingleses são fundamentadas as razões para que Sócrates tenha sido colocado como principal suspeito e isso não tem nada de anónimo”.

Em suma, relativamente às 12 peças da edição do dia 30 de Janeiro:

As peças analisadas denotam a diversificação de fontes de informação, pessoais e documentais, e a preocupação de ouvir as partes directamente envolvidas nas circunstâncias descritas. Porém, alguns destes trabalhos jornalísticos inscrevem-se na narrativa de denúncia que tem um visado principal, o actual Primeiro-Ministro, sendo que naqueles nem sempre é clara a separação entre factos e opiniões e verificando-se uma tendência de secundarização das fontes de informação que desafiam o argumento da denúncia.

3. “Jornal Nacional” de 1 de Março

A edição do “Jornal Nacional” de 1 de Março, um domingo, teve uma duração de 48 minutos, tendo sido transmitidos 22 itens noticiosos. Deste conjunto, apenas uma peça está relacionada com a cobertura jornalística do caso Freeport.

“Jornal Nacional” de 1 de Março: Peças sobre o caso Freeport

Peça	Hora exibição (h:m:s)	Duração (m:s)	Título
1	20:13:34	06:11	Caso Freeport: “campanha negra” contra o PS

O contexto é o congresso do PS e a alegada “campanha negra” contra este partido político e em particular o seu líder. Segundo o texto de apresentação:

“Mas este congresso ficou também marcado por várias declarações sobre a chamada ‘campanha negra’. Começou no próprio discurso de José Sócrates, fazendo insinuações a um jornal e a uma televisão, sem contudo concretizar. Seria depois Arons de Carvalho a traduzir o que Sócrates deixou no ar. O jornal era o Público, a televisão a TVI, mais concretamente o ‘Jornal Nacional’ de sexta-feira. Mas factos são factos e é isso que rege sempre a informação da TVI, ou teria sido já desmentida, o que nunca foi.”

A peça inicia-se com uma entrevista a Alberto Arons de Carvalho (um dos queixosos), no entender do qual os serviços informativos da TVI, em particular o “Jornal Nacional de Sexta”:

“Muitas vezes deram as notícias cobrindo os factos de uma forma deturpada, parcial e sem rigor. Eu refiro-me, e já tive ocasião de o dizer numa entrevista que dei ao Rádio Clube Português, o caso de uma entrevista, de uma reportagem feita pela jornalista Ana Leal, dizendo coisas que a carta rogatória inglesa não dizia.”

Segue-se uma longa explicação da carta rogatória das autoridades inglesas e também da carta rogatória enviada pelo Ministério Público às autoridades inglesas, em 2005, pela

própria jornalista visada nas declarações do queixoso, que mostra os documentos a que “teve acesso”. Na conclusão da peça, assinala-se:

“Como se pode ver, a TVI tem baseado toda a sua investigação sobre o Freeport em factos documentados. No fundo, documentos a que a TVI teve acesso e que se limitou a reproduzir, contando apenas a verdade com rigor e independência.”

Trata-se, portanto, de uma peça de enquadramento, suportada em fontes de informação documentais – as cartas rogatórias –, a que a TVI diz ter tido acesso, onde se apresentam, de forma sistematizada, os dados divulgados sobre o caso nos meses anteriores. Proceda-se ao normal exercício de descodificação dos documentos, não tendo cabimento no âmbito desta análise apreciar materialmente a correcção com que são reproduzidos e citados (tal envolveria a comparação das notícias com os documentos originais).

Na peça em análise, as cartas rogatórias são mostradas e citadas, fazendo transparecer no seu tratamento a assumpção das suspeitas referidas nos documentos que envolvem José Sócrates e outros visados. Veja-se no início da peça o seguinte excerto:

“De facto, nesta carta, José Sócrates aparece como o principal suspeito – assim mesmo –, suspeito de ter solicitado, recebido, ou facilitado pagamentos relacionados com os crimes de suborno e corrupção. Como aliás se pode ver, José Sócrates é o primeiro da lista dos suspeitos apontados. Não há qualquer dúvida: o Primeiro-Ministro surge antes de José Marques, João Cabral e Manuel Pedro”.

Simultaneamente, é mostrada uma folha onde aparecem quatro nomes, entre os quais o de José Sócrates surge em primeiro lugar. E é essencialmente essa posição que suporta a interpretação de que o Primeiro-Ministro surge como “o principal suspeito” no âmbito do caso Freeport.

Na peça não é dada qualquer explicação da natureza e estatuto das cartas rogatórias no processo judicial, sendo que lhes é conferidos valores de verdade e facticidade inquestionáveis. Reitera-se, por exemplo, o fecho da peça em apreço:

“Como se pode ver, a TVI tem baseado toda a sua investigação sobre o Freeport em factos documentados. No fundo, documentos a que a TVI teve acesso e que se limitou a reproduzir, contando apenas a verdade com rigor e independência.”

Semelhante tratamento jornalístico não acautela o carácter alegado ou presumível dos factos.

Em suma, relativamente à peça da edição de 1 de Março:

Nesta peça não são expressas opiniões ou apreciações subjectivas. Quanto a auscultar todas as partes com interesses atendíveis, o próprio queixoso teve oportunidade de veicular o seu ponto de vista na peça transmitida. O tratamento jornalístico conferido aos documentos identificados na peça como cartas rogatórias é caracterizado pela credibilização das fontes de informação referidas e citadas e pela ausência de reservas e

de distanciamento, com uma evidente assumpção do seu conteúdo, sem salvaguarda do carácter alegado ou presumível dos factos.

4. “Jornal Nacional” de 27 de Março

A edição do “Jornal Nacional” de 27 de Março teve uma duração de 01h34, tendo sido transmitidos 30 itens noticiosos. A peça de abertura foi a única, deste conjunto, dedicada ao designado caso Freeport, com uma duração de cerca de 11 minutos, além de uma reacção do primeiro-ministro a esta notícia.

Jornal Nacional” de 27 de Março: Notícias sobre o caso Freeport

Notícia	Hora exibição (h:m:s)	Duração (m:s)	Título
1	20:00:12	10:56	Caso Freeport: Divulgado som de DVD em que Charles Smith afirma que José Sócrates “é corrupto”
2	21:28:03	00:40	Caso Freeport: resposta do primeiro-ministro

Textos de apresentação das 2 peças

Peça 1: Caso Freeport: Divulgado som de DVD em que Charles Smith afirma que José Sócrates “é corrupto” (20:00:12)

“É corrupto”. É assim que Charles Smith se refere ao primeiro-ministro actual e ministro do Ambiente na altura, José Sócrates, no DVD a que as autoridades inglesas atribuem grande importância no âmbito do caso Freeport. A TVI tem na sua posse o som desse DVD no qual se escuta uma conversa de cerca de 20 minutos envolvendo três pessoas: Charles Smith, já arguido em Portugal, João Cabral, ex-funcionário da Smith&Pedro e actualmente funcionário também da Freeport, e Alan Perkins, o administrador do próprio Freeport que, sem o consentimento dos outros, filmou a própria conversa a que vamos assistir. O DVD de que já tanto se ouviu falar e a que a TVI teve acesso. É isso mesmo que vamos ouvir, é um exclusivo TVI.

Peça 2: Caso Freeport: Resposta do primeiro-ministro (21:28:03)

E face à divulgação, no início deste jornal, do já célebre DVD em que Charles Smith diz que o primeiro-ministro teve um comportamento corrupto no licenciamento do Freeport, José Sócrates acaba de divulgar uma nota à comunicação social em que considera as afirmações de Smith “falsas, inventadas e injuriosas”. Sócrates diz ainda que não conhece Charles Smith e repudia todas as referências que o possam envolver no caso Freeport. José Sócrates diz que já deu orientações ao seu advogado para agir judicialmente contra os autores desta difamação.

A **Peça 1** centra-se na divulgação de excertos sonoros de um DVD apresentado como “exclusivo TVI”. No registo audiovisual, Charles Smith, um dos três participantes numa conversa supostamente gravada por um deles (Alan Perkins) sem conhecimento dos outros dois, afirma que o primeiro-ministro “é corrupto”. O registo é acompanhado de legendas em português, uma vez que o diálogo se processa em inglês, e é também identificado o autor de cada intervenção.

O operador adverte que procedeu à reconstituição da imagem – ou seja, as imagens que acompanham o som são fabricadas para a composição visual da peça. Trata-se de imagens a preto e branco, pouco nítidas, em que apenas se conseguem vislumbrar sombras de indivíduos sentados em redor de uma mesa.

Ocasionalmente são inseridas imagens do primeiro-ministro e também de Charles Smith, o homem que supostamente verbaliza as acusações. Sobre as imagens de José Sócrates são feitas afirmações como as que se seguem:

“Charles Smith: *O primeiro-ministro, o ministro do Ambiente, é corrupto*”

“Charles Smith: *Este tipo, Sócrates, no final de Fevereiro, Março de 2002, estava no Governo. Era ministro do Ambiente. Ele é o tipo que aprovou este projecto*”

“Alan Perkins: *Ele agora é o primeiro-ministro. Portanto, ele recebeu o dinheiro, mas recebeu-o através do primo, ou...*”

É também transmitida uma intervenção de uma jornalista gravada a partir de Londres, em que se afirma:

“*Este vídeo, dizia eu, consta do processo que decorre precisamente aqui em Inglaterra. Ou seja, serve de prova para a polícia inglesa, nomeadamente para o Serious Fraud Office que investiga o caso Freeport em Inglaterra. Já em Portugal, até ao momento o Ministério Público nunca chamou o [sic] processo este vídeo*”

“*Esta é a prova mais comprometedora recolhida até ao momento contra o actual primeiro-ministro, José Sócrates – um vídeo que o acusa directamente de corrupção*”

“*Independentemente de constar ou não do processo, a verdade é que este vídeo (...) explica detalhadamente como e quando foram feitos os pagamentos, quem serviu de correio e quem efectivamente recebeu dinheiro*”.

O tom da peça é predominantemente neutro, o estilo oscila entre o descritivo e o interpretativo, sendo aqui observada a preocupação com a separação entre factos e opiniões.

É evidente a tentativa de obtenção das reacções de todas as partes com interesses atendíveis (Alan Perkins, João Cabral, Charles Smith e José Sócrates, todos optando por se remeter ao silêncio). Às 21h28 surge um desenvolvimento nesta matéria (**Peça 2**): José Sócrates divulga uma nota à comunicação social “*em que considera as afirmações de Smith ‘falsas, inventadas e injuriosas’*. Sócrates diz ainda que não conhece Charles Smith e repudia todas as referências que o possam envolver no caso Freeport. José Sócrates diz que já deu orientações ao seu advogado para agir judicialmente contra os autores desta difamação”.

A análise revela, no entanto, que, no plano da utilização das fontes de informação, o documento é legitimado – “*esta é a prova mais comprometedora*”; o seu conteúdo é credibilizado - “*independentemente de constar ou não do processo*”; os factos referidos são assumidos como verdadeiros – “*a verdade é que este vídeo (...) explica detalhadamente*”.

Em suma, relativamente às 2 peças da edição de 27 de Março:

Denota-se a tentativa de ouvir todas as partes com interesses atendíveis no caso e preocupação com a demarcação entre factos e opiniões. Porém, verificou-se ausência de reserva e de distanciamento na utilização de uma fonte de informação – o DVD – que, como sublinhado na própria peça, suscita controvérsia pelo diferencial de importância que lhe será atribuída pelas autoridades portuguesas e inglesas.

VI. SÍNTESE CONCLUSIVA

Sistematizam-se neste ponto as conclusões da análise das peças das diferentes edições.

Relativamente às peças da edição de 13 de Fevereiro:

- a) A análise permite constatar a existência de diversas fontes de informação a suportar os trabalhos jornalísticos e a sistemática sustentação das informações fornecidas em fontes de informação pessoais e documentais.
- b) A análise permite verificar que nem sempre foram ouvidas todas as partes com interesses atendíveis, aqui se destacando o Primeiro-Ministro pela circunstância de ser o alvo central de denúncias. É, todavia, sempre um protagonista “passivo”, de quem se fala mas que nunca intervém directamente ou exerce o “contraditório”.
- c) A análise permite identificar uma tendência para a valorização de fontes de informação que expressam teses de denúncia e de acusação, ao passo que perspectivas contrárias a estas tendem a ser secundarizadas.
- d) A análise permite reconhecer a existência de apreciações valorativas e expressões que se afiguram como críticas aos visados, que surgem amiúde e de modo encadeado nas diferentes peças analisadas.

Relativamente às peças da edição do dia 30 de Janeiro:

- a) As peças analisadas denotam a diversificação de fontes de informação, pessoais e documentais, e a preocupação de ouvir as partes directamente envolvidas nas circunstâncias descritas.
- b) Algumas das peças analisadas inscrevem-se na narrativa de denúncia que tem um visado principal, o actual Primeiro-Ministro, sendo que nem sempre é clara a separação entre factos e opiniões e verificando-se uma tendência de secundarização das fontes de informação que desafiam o argumento da denúncia.

Relativamente à edição de 1 de Março:

- a) Nesta peça não são expressas opiniões ou apreciações subjectivas.
- b) Quanto a auscultar todas as partes com interesses atendíveis, o próprio queixoso teve oportunidade de veicular o seu ponto de vista na peça transmitida.
- c) O tratamento jornalístico conferido aos documentos identificados na peça como cartas rogatórias é caracterizado pela credibilização das fontes de informação referidas e citadas e pela ausência de reservas e de distanciamento, com uma evidente assumpção do seu conteúdo, sem salvaguarda do carácter alegado ou presumível dos factos.

Relativamente às peças da edição de 27 de Março:

- a) Denota-se a tentativa de ouvir todas as partes com interesses atendíveis no caso e preocupação com a demarcação entre factos e opiniões.
- b) Verificou-se ausência de reserva e de distanciamento na utilização de uma fonte de informação – o DVD – que, como sublinhado na própria peça, suscita controvérsia pelo diferencial de importância que lhe será atribuída pelas autoridades portuguesas e inglesas.

Lisboa, Maio de 2009

Unidade de Análise de Média